

MOUSEION

Canoas, n. 43, 2022.

 <http://dx.doi.org/10.18316/mouseion.vi43.10058>

Museologia em Rede: emergências e conexões potencializando a multicultural digital

Daniel Maurício Viana de Souza¹

Resumo: Contemporaneamente, a palavra rede nos remete às experiências comuns e pueris de compartilhamento das mídias sociais, ou a outras em que predomina o caráter tecnológico. Entretanto, o objetivo aqui é discutir os aspectos socioculturais e filosóficos implicados no conceito de rede, com vistas à reflexão acerca de como o território digital pode potencializar associações tecidas por saberes, interesses e movimentos, que expressam uma musealidade latente em emergências coletivas. Para tanto, são evocadas as premissas da sociologia das associações como transgressão às perspectivas lineares e estática de uma ação social supressora dos fluxos e da mudança; dialogando com a sociologia das emergências, em torno de uma noção de territorialidade capaz de virtualizar, tecnológica e socialmente, uma cultura de multiplicidades e conexões, qualificadas aqui como uma efetiva experiência museológica em rede. Considerando se tratar de conteúdo adaptado de uma palestra, metodologicamente o presente texto tem o caráter geral de ensaio teórico, sem pretensão de apresentar resultados ancorados em investidas empíricas específicas.

Palavras-chave: Rede; Musealidade; Território; Virtualidade; Emergências.

Network Museology: emergencies and connections potentiating the digital multicultural

Abstract: Contemporaneously, the word network takes us back to common and puerile experiences of sharing on social media, or to others in which the technological character predominates. However, the objective here is to discuss the sociocultural and philosophical aspects involved in the concept of network, with a view to reflecting on how the digital territory can enhance associations woven by knowledge, interests, and movements, which express a latent museality in collective emergencies. To do so, the assumptions of the sociology of associations are evoked as a transgression of the linear and static perspectives of a suppressive social action of flows and change; dialoguing with the sociology of emergencies, around a notion of territoriality capable of virtualizing, technologically and socially, a culture of multiplicities and connections, qualified here as an effective museological experience in a network. Considering that it is content adapted from a lecture, methodologically the present text has the general character of a theoretical essay, with no intention of presenting results anchored in specific empirical investments.

Keywords: Network; Museality; Territory; Virtuality; Emergencies.

¹ Bacharel em Museologia (UNIRIO), Mestre em Ciência da Informação (UFF), Doutor em Sociologia (UFRGS). Professor do Departamento de Museologia, Conservação e Restauo; Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: danielmvsouza@gmail.com

Premissas e considerações iniciais

É consenso considerar, na Museologia contemporânea, que os museus precisam atuar de maneira intrincada às diferentes demandas e processos sociais, cumprindo um papel enunciado e defendido, a essa altura, já há mais de meio século. Conservar, expor, educar, entre outras funções fundamentais, somente fazem sentido, no mundo atual, na medida em que se articulam profunda e diretamente com os sujeitos que, historicamente, integram este “teatro da memória” como atores coadjuvantes. Refere-se aqui ao tradicional público de museus – comumente denominando, também, por visitante ou usuário.

Neste sentido, é preciso assumir que tais sujeitos devem, hoje, ser considerados muito além de meros espectadores, pessoas que eventualmente frequentam esta casa, porém, não pertencem a ela; ou fazem uso pontual de seus serviços, contudo, não interferem na tomada de decisões acerca dos seus conteúdos, formas e significados. De todo modo, conforme dito logo de partida, essa tomada de consciência é praticamente inequívoca no campo museológico. Mas o que precisa ganhar contornos mais claros, tanto teórica quanto concretamente, são as propostas que definitivamente retirarão os museus do século XX – sem falar dos abantesmas oitocentistas.

O debate teórico nos tem oferecido uma perspectiva que soa promissora — a da Museologia em rede. Todavia, é imprescindível que sejamos provocados por uma questão orientadora essencial: mas que rede é essa? Rede, em que sentido? Do que se fala exatamente quando se evoca tal conceito, polissêmico por si só e explorado em múltiplas – e por vezes até divergentes – possibilidades e linhas de pensamento, a partir de diversas áreas do conhecimento? Defende-se que, no horizonte de interesses do campo museológico, se deve entender rede na lógica do intrincamento entre museus, sociedade e as demandas no “mundo real” das comunidades ou, mais adequadamente qualificando, coletivos de sujeitos sociais – organizados ou não – que compartilham condições materiais de existência. Condições essas que, muitas vezes, motivam resistências e lutas por transformações, historicamente alijadas do escopo do que poderíamos afirmar como o óntos museal.

Uma vez estabelecida esta premissa, deve-se perceber, também, as potencialidades das chamadas redes digitais, como territórios de ação museológica. Refere-se aqui a uma territorialidade plural, ou seja, virtual no sentido de potencializar conexões através de uma instrumentalidade info-comunicacional realmente dialógica; e múltipla, ao garantir um ideal de esfera pública instituída por vocalidades representativas dos mais diferentes movimentos, incluindo – talvez de maneira privilegiada – aqueles que traduzem lutas e reivindicações das minorias sociais e demais grupos subalternizados.

Portanto, a partir de uma discussão fundamentalmente teórica, se objetiva, ao privilegiar aspectos socioculturais e filosóficos atinentes ao conceito de rede, não apresentar resultados ou debater perspectivas supostamente consolidadas no campo – por si só uma questão em aberto – mas sim, trazer reflexões, de cunho ensaístico e propositivo, acerca de como o território digital potencializaria associações tecidas por saberes, interesses e movimentos que expressam uma musealidade latente em diversas emergências coletivas. De modo que, em termos metodológicos, a estratégia se delimita em transitar por grandes categorias teórico-conceituais, tais como musealidade, sociologia das associações e sociologia das emergências, buscando sintonizá-las no caminho de uma formulação que localiza a existência e a semântica museal do século XXI no horizonte do que se ensaia denominar de multicultural digital.

Museologia e rede: contrapontos epistêmicos

Enveredar numa proposta museológica que se integra na perspectiva de rede, tal qual anunciada aqui de forma introdutória, implica desvencilhar a prática dos museus de perspectivas teóricas e visões de mundo arraigadas ao ocidentalismo cartesiano e, em grande medida, cientificista. Trata-se de imergir em epistemes contra-hegemônicas, que dão conta de, ao menos em tese, equalizar as grandes divisões artificialmente construídas como balizas fundamentais do sentido de Modernidade. Em outras palavras, se expressa aqui a necessidade de superar afastamentos, fomentando conexões.

A Teoria Ator-rede (TAR), inicialmente formulada por Bruno Latour e Michel Callon para analisar o horizonte da produção científica, teve sua aplicação posteriormente ampliada, por esses e outros autores, de maneira a abranger a interpretação do próprio “real” – categoria que se pode abarcar aqui em sentido filosófico, mas, sobretudo, sociológico. Em clara oposição a grande maioria das principais teorias disponíveis, a TAR quebra com as grandes divisões artificiais, referidas acima (sociedade/natureza; sujeito/objeto, etc.), procurando dar conta das condições de constituição de um mundo híbrido, possível pela criação de coletividades e associações.

Tais coletividades, ou associações, segundo Latour (2009), são construções mal-acabadas, considerando que são resultados negociados em aproximações ou afinidades heterogêneas e eventuais, compostas, portanto, não por identidades essenciais ou apriorísticas, mas, que se explicam por uma sorte de “*políticas de agrupamento*”. Desse modo, na esteira da crítica às perspectivas dicotômicas, o fundamento do conceito de coletivo, em oposição aos essencialismos implícitos na ideia de comunidade, é a restituição da simetria entre, por exemplo, natureza e cultura, diferente “*tanto da sociedade dos sociólogos – os homens-entre-si – quanto da natureza dos epistemólogos – as coisas-e-si*” (LATOURE, 1994, p. 104-105).

Pensando o contexto museológico, nestes termos, tais separações naturalizadas no seio de relações fundamentais travadas entre museu, objetos e meio – fundamento próprio do fato museal waldisiano – também podem encontrar caminhos de simetria pavimentados nas perspectivas de cruzamentos fronteiriços. Híbridizar² sujeito e objeto, humanos e não-humanos, nesta perspectiva, pressupõe argumentar que todas as nossas interações são mediadas, implicando num contexto relacional no mínimo triádico, constituindo redes que fazem parte do social, ou mesmo, “*ajudam a moldá-lo*” (LAW, 1992).

Se no horizonte da TAR tal concepção traz implicações diretas no conceito de ator social – convenção ocidental moderna, tanto antropológica como sociológica –, para a Museologia o impacto é fulcral na tradição conceitual acerca da ideia de público visitante. Diferenciando-se da acepção comum e reificante de elemento inerte que apenas consome passivamente discursos que resguardam uma pretensão de verdade, agentes ou actantes são considerados em seu potencial de ação produtora de efeitos no mundo – leia-se, no cenário desta discussão, no museu e nas redes que são transitória ou longevamente constituídas, modificando-as ou sendo modificados por elas.

É neste sentido que se evoca aqui o conceito de rede, como fluxos e relações constantes entre os agentes envolvidos. Fundamenta-se na ideia latouriana de associações, isto é, alianças, movimentos

2 Por vezes, tanto o próprio Latour como outros autores, usam termos como tradução, ou mediação, cumprindo a mesma função semântico-conceitual.

e afinidades, que são sim transitórias, mas potencialmente robustas ao ponto de sustentarem interesses, afetividades e lutas com coerência coletiva. São, portanto, grupos heterogêneos, constituídos por uma sorte múltipla de agentes conectados entre os quais não se verificam vínculos previamente definidos. É fecundo, inclusive, um paralelo com o conceito de rizoma, de Gilles Deleuze e Félix Guatarri, o considerando como modelo de realização de multiplicidades, sem unidades inatas, apenas agenciamentos (FREIRE, 2006, p.11).

Consubstanciadas numa “*ontologia de geometria variável*” (LATOURE, 1994, p. 84), ou seja, propensas a múltiplas entradas e saídas, sintropias e entropias, as redes são, ademais, agudas contraposições a arregimentos que, pelo fato de se sustentarem em premissas como unidade, sincronia e identidade orgânica, tendem à reprodução social – entendida aqui em termos marxianos, como “*expressão ideal das relações materiais dominantes*” (MARX; ENGELS, 2007, p. 72). Pleitear processos museais nessa perspectiva da rede, caracterizada pela fluidez e movimentação, significa estimular uma heterogeneidade de variações e possibilidades que respaldam conexões/associações em torno de demandas de reconfiguração da sociedade. O compromisso social dos museus, nesta acepção, não tem a ver com “in-formar” (pôr em forma, formatar), mas sim com “trans-formar”, no sentido de transcender formas e fórmulas, convenções estáticas e barreiras responsáveis por inúmeros tipos de afastamento.

Território digital: virtualidade e conectividade

As premissas socio-filosóficas apontadas até aqui não excluem os aspectos tecnológicos referentes ao fenômeno das redes. Por conseguinte, a discussão subsequente acerca da territorialidade digital, incluindo os preceitos da virtualidade e da conectividade, não poderia estar descompassada de tais enunciações. Cumpre destacar que, a despeito do inegável incremento info-comunicacional testemunhado por todos nós a partir do contexto da, assim chamada, sociedade da informação, é importante se desvincular, já de partida, de qualquer tipo de concepção universalista da tecnologia, do tipo que dispensa contextualização sociocultural, política, entre outras (GÓMEZ, 2001).

Uma vez estabelecidas tais ressalvas fundamentais, é preciso destacar, em primeiro lugar, que do ponto de vista teórico há um patente imbróglia terminológico-conceitual envolvendo a experiência internético-digital dos museus. No Brasil o termo mais comumente usado é museu virtual, porém, há muitos outros evocados, tais como webmuseu, cibermuseu, museu digital, entre outros. Segundo Loureiro (2004, p. 89), o motivo para isso seria a “*dificuldade de nomear um fenômeno novo, para o qual as palavras mostram-se insuficientes ou impróprias*”. Mas, seja como for, antes de prosseguir é preciso fazer mais duas observações cruciais: nem considero, em pleno 2021, tal fenômeno como uma novidade; nem se intenta aqui investir nessa discussão, com vistas a se chegar numa definição mais exata e precisa. Interessa, essencialmente, refletir sobre o sentido dos usos museológicos do ciberespaço.

Território é conceitualmente compreendido, na discussão ora apresentada, em sua acepção social, ou, conforme elaboração de Silva (2020, p. 121), “*não somente como uma unidade geográfica, e sim como um espaço onde atuam forças ambíguas de criação, (des)construção e reprodução*”. Trata-se, desse modo, de ambiente no qual se travam relações materiais e intersubjetivas. Naquilo que especificamente pode ser chamado de território digital ocorrem os mais diversificados processos info-comunicacionais. As chamadas redes sociais são exemplos do quão inatingível seria o esforço de qualificação de tais relações,

dada a sua natureza caótica – no sentido deleuziano de profusão de possibilidades. Contudo, é preciso acentuar que, nessa seara, diversidade e multiplicidade não são, de maneira alguma, sinônimos imediatos de acessibilidade e participação equitativa e democrática.

Fato é que nos acostumamos a transitar em um mundo descorporificado, no qual nossa própria percepção do real se dá de forma imediata, fluida e, em última análise, rizomática. Assim considerando, a partir de que critério geral seria possível sustentar a viabilização de uma diversidade imersiva, ampla e realmente múltipla, fazendo proveito dessa geometria do imponderável que se verifica no território das redes? A resposta para essa questão passa pela compreensão da virtualidade não como oposição à materialidade, mas sim, como potência (LÉVY, 2003). Mas não só. É preciso avançar para além da ideia de contraposição, implícita na concepção de Lévy – ainda que ele próprio expresse, em certo momento, que em termos de rigor filosófico, “*virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferente*” (2003, p. 15), portanto, não necessariamente opostas.

Em última instância, se afirma aqui que o fundamento da virtualidade, no horizonte rizomático das redes, é a potência criativa que elas resguardam. Neste sentido, seria possível não só compreender, mas se apropriar do território digital como espaço fértil para conexões em massa. Com isso, não se evoca o enunciado ácido da Teoria Crítica, calcado na premissa da “industrialização” da cultura. Muito pelo contrário, aqui se procura identificar – porém, sem descuidar de uma necessária vigilância epistemológica – nos movimentos fluidos dessas associações, que se dão na territorialidade do ciberespaço, possibilidades para uma interação cultural múltipla na qual diferentes sujeitos e saberes podem imergir “conec(a)tivamente”.

É importante notar, conforme chama atenção Castells (1995), as inúmeras situações nas quais ferramentas próprias do território digital atuam efetivamente no impulsionamento e na viabilização das agendas de movimentos sociais que se organizam em rede, permitindo uma interação pujante em direção à construção de utopias a partir do ciberespaço. Nesta mesma perspectiva, o sociólogo espanhol reflete sobre como tais espaços digitais podem ser terrenos férteis para a criação e amplificação praticamente irrestrita de “*redes de indignação e esperança*” (CASTELLS, 2017), que remetem a causas ambientais, diversidade de gênero, respeito e convivência interreligiosa, pluralidade étnico-racial, só para citar algumas entre tantas outras. Contudo, no âmbito do que se discute aqui, para que tais potencialidades afluam – superando os desafios da tecnologia como mera distração alienante, ou mesmo ferramenta para o exercício da dominação e poder – é necessário explorar a musealidade dessas redes, considerando de forma integrada seus sentidos fundamentais, isto é, tanto sócio-filosófico, quanto tecnológico.

Musealidade nas/das emergências: potencialidades

Na teoria museológica não há consenso acerca do conceito de musealidade. Existe toda uma corrente de pensamento que defende se tratar de um valor atribuído, a posteriori, aos objetos que passaram pelo processo de musealização. Nesta linha, autores como Schubertova (1986) e Stránský (1970), por exemplo, acentuam uma função de representação inerente ao uso museológico dos objetos. Também pensando a musealidade como produto da musealização, mas, destacando sua vocação de comunicação evocativa da relação espaço-tempo, encontramos teóricos como Sola (1982), além de Desvallées e Mairesse (2014).

Entretanto, é preciso deixar claro que a perspectiva a que se alinha aqui é à chave conceitual que assume a musealidade como uma propriedade anterior à musealização. De modo geral, implica afirmar que constitui percepções, sentimentos, afetos e outros elementos impulsionadores de memória, capazes de motivar a musealização, como processo institucional propriamente, mas, também fenômenos museais mais espontâneos e orgânicos. Por este itinerário, se caminha ao lado de autoras como Guarnieri (2010), Bruno (2006) e Scheiner (2005), para as quais a musealidade não depende do museu como lugar com funções de representação do passado, puramente, pois se trata de um valor que se ajusta “*aos diferentes sistemas representacionais de cada grupo social*” (SCHEINER, 2005, p. 95).

Uma vez estabelecidos os alicerces teóricos sobre os quais se compreende musealidade aqui, se traz, a seguir, o contexto da pandemia de Covid-19, apenas para ilustrar o que Sousa Santos chama de sociologia das emergências. Com isso, listando casos que ocorreram em diversas partes do globo, ao longo do último ano e meio – recorrendo à obra mais recente do sociólogo português – o objetivo é explicitar a virtualidade da musealidade nessas associações, que emergem, muitas vezes, de onde menos se espera, como redes de resistência, solidariedade e ação transformadora.

Sousa Santos (2021, p. 227) afirma que “*as organizações e os movimentos sociais mostraram uma enorme vitalidade e criatividade na proteção da vida das suas comunidades e bairros durante a pandemia*”. Na perspectiva do autor, tal fenômeno é típico da maneira como sujeitos, comumente alijados dos sistemas de cuidado e proteção do Estado, se organizam de maneira espontânea, no sentido de reagir a tragédias de diferentes ordens. As respostas que vieram e continuam vindo à emergência – sanitária, porém não só – provocada pela mais recente pandemia, através de iniciativas de base, além de oportunizarem “*novas formas de solidariedade forte*” (idem), fizeram emergir, com efeito, conexões e associações, isto é, redes múltiplas de ação em resposta aos problemas impostos.

Sousa Santos (2021) analisa diversos casos acerca do que denomina como “*resistências e auto-organização comunitária*”, mundo a fora, incluindo o Brasil. Cabe aqui mencionar alguns desses exemplos: mobilizações de numerosa parcela da população boliviana, em sua maioria indígena, para o enfrentamento da crise sanitária que se articula com a de cunho político; organizações sindicais e de trabalhadores na Turquia, que, por meio de grupos em redes sociais, refletiram/agiram para dar conta das carências detectadas; organizações de bairro e associações de mulheres em Moçambique atuando no esclarecimento e apoio da população mais carente; estruturas comunitárias articuladas ao governo do estado de Kerala na Índia, que se destacaram mundialmente pelo controle da disseminação do vírus, e pelos cuidados com o povo pobre; a notável resiliência e reação dos povos indígenas por toda América Latina; entre tantos outros.

Como dito antes, a realidade da pandemia no Brasil também é fecunda para se pensar em termos de sociologia das associações, dada a multiplicidade de redes de ação que se estabeleceram, ou se consolidaram em determinadas frentes de enfrentamento. É possível citar algumas: organizações comunitárias e de ativismo em favelas e bairros periféricos, como nos exemplos cariocas do Complexo do Alemão, Cantagalo, Rocinha, Honório Gurgel, além dos paulistas Paraisópolis e Ocupação Esperança; campanhas de movimento sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Povo Sem Medo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Marcha Mundial das Mulheres, o Movimento dos Pequenos Agricultores, além da comunidade de camponesas indígenas da Rede de Intercâmbio de

Tecnologias Alternativas de Belo Horizonte; etc. (SOUSA SANTOS, 2021).

A virtualidade/potência museal envolvida aqui se encontra justamente no fato de essas redes se constituírem por sentimentos de pertencimento e necessidade de ação solidária. Afetos de resistência a um estado de coisas que mantém coletividades sociais presas em um sistema de exclusões, que Bourdieu (2007) implicaria na sua lógica da distinção. Em outros termos, está presente aqui justamente a musealidade, percebida nesses casos como a necessidade latente de agrupar esforços a partir de uma sistematização de memória que traz luz aos que recorrentemente estão nas sombras da história. Afinal, não é esse o tão apregoado “compromisso social” dos museus, desde metade do século passado? Logo, o que poderia fazer os museus, nesse sentido?

Multiculturalidade digital: potencializando conexões emergenciais (ou, Museologia em rede)

A questão deixada como gancho no final da seção anterior é relevante para se pensar as possibilidades para que os museus, como instituições culturais que trabalham sob o fio condutor da memória social, potencializem, por meio de uma comunicação efetivamente dialógica e socialmente localizada, o ideal das conexões que emergem em contextos coletivos específicos. Não é possível considerar que seja outro o compromisso inexorável dos museus, frente à conjuntura atual, que não o de investir na superação do que Sousa Santos (2021) chama de monocultura dos saberes, que há muito despreza a diversidade e a multiplicidade epistemológica do mundo.

Não se pode dar continuidade a uma tradição patrimonial – ao mesmo tempo patrimonialista – e de produção memorial na qual as vítimas do esquecimento são sempre as mesmas, populações e culturas inteiras que permanecem nas sombras dos privilegiados que escrevem a história, fazendo silenciar as crises e situações de subalternidade que se impõem pelo exercício do poder estabelecido, tendente à inércia quando suprimidos os fluxos de heterogeneidade inerentes à conformação concreta do “mundo real”. Defender que os museus deem conta de toda uma outra gama de actantes dessas associações – que certamente as vives de forma muito mais intensa e, até mesmo, violenta – significa considerar uma potência de memória que a história linear despreza, que é a da solidariedade comunitária e das iniciativas de resistência e transformação. Em uma palavra, as redes.

Portanto, no bojo dessa perspectiva, pouco importa se a experiência museal é física ou não, pois é sobre o potencial de ação transformadora de que se fala aqui. De modo que, por mais que a opção seja se apegar aos casos no território digital – sem dúvida alguma, muito amplificados em razão da pandemia – eles somente realizam tal musealidade, como potência de conectividade ativa – ou como se denomina antes aqui, conec(a)tividade – se considerarem, de forma integrada, as propriedades sócio-filosóficas e tecnológicas das redes.

Em última instância, a ação dos museus, nesta era que se inaugura com a pandemia³, precisa estar

3 De acordo com Sousa Santos (2020), a lição mais radical que o coronavírus parece ter nos dado é de que “estamos no fim da época que começou no século XVI com a expansão colonial europeia”. Por certo que tal percepção, por pressupor a queda dos pilares fundamentais da própria Modernidade ocidental, nos permite vislumbrar como possibilidade a efetivação da utopia de simetria, expressa pelos teóricos da sociologia das associações e trabalhada como fundamento epistemológico e conceitual basilar da reflexão proposta aqui.

permeada pelos princípios de uma multiculturalidade, constituída pela associação intrínseca entre a pluralidade de saberes e a potência das práticas emergentes que se fazem presentes no cuidado comunitário. Nestes termos que é possível vislumbrar musealidades potencializadoras de legítimas conexões – digitais, físicas, tanto faz –, pois dialoga concretamente com a vida das pessoas, justamente por brotar da concretude de suas vidas.

Admite-se aqui estarmos tratando de uma nova era – conforme dito acima – não sem motivos, uma vez que os museus também se veem impactados pela atipia que demarca esta quadra histórica atual. Neste contexto, foi notável a rapidez e a perspicácia com que tais instituições reagiram, propondo soluções criativas e inovadoras. Também conforme já afirmado antes, embora não possa ser considerado uma novidade em si, o recurso ao território digital foi sim um desses artifícios, pois, inegavelmente, trouxe atualizações frente aos novos desafios. Como solo fértil para o cultivo plural de relações socioculturais diversas, atentando à potência de uma multiculturalidade digital, consubstanciada na integração necessária entre as emergências das iniciativas populares e comunitárias, através de uma musealidade consistentemente trabalhada, se pode afirmar que, sim, no território digital se encontra todos os requisitos para a consolidação de uma efetiva Museologia em rede.

Referências

- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. In: *As várias faces do Patrimônio*. Santa Maria: LEPA/UFSM, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção*. São Paulo: Edusp, 2007.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Terra e Paz, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Eds.). *Conceitos-Chave de museologia*. São Paulo, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2014.
- FREIRE, L. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. *Comum*, 26, 46-65, 2006.
- GÓMEZ, S. C., Los estudios Ciencia, Tecnología y Sociedad y la Educación para El Desarrollo. *Ingenieríasinfronteras - Revista de Cooperación*. n. 14. 2001. I.S.S.N. 1139 5532. Disponível em: <<http://www.oei.es/oeivirt/c.htm>>.
- GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. A interdisciplinaridade em Museologia (1981). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. v.1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.
- LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- LATOUR, Bruno. Porto Alegre, *Revista Cult*, nº 132. Entrevista a Marcelo Fiorini, 2009.
- LAW, Jhon. Notes on the theory of the actor-network: Ordering, strategy, and heterogeneity. *Systemic*

Practice and Action Research, 4, pp. 379-39, 1992.

LÉVY, Pierre. *O Que é o Virtual?* Editora 34, 2003.

LOUREIRO, M. L. de Niemeyer. Arte e imagem: musealização e virtualização. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 6, dez. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez04/Art_03.htm>. Acesso em: 14 nov. 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Boitempo editorial, 2007.

SCHEINER, Tereza. Museologia e pesquisa: perspectivas na atualidade. In: Museu de Astronomia e Ciências Afins (Brasil). *MAST Colloquia – Museu: Instituição de Pesquisa*, Rio de Janeiro, p. 85-100, 2005.

SCHUBERTOVA, V. (apud HERNANDEZ, F.). *Planteamientos teóricos de la museología*. Espanha: Ediciones Trea, 2006.

SILVA, Everton Nogueira et al. *Redes sociais na gestão dos recursos hídricos do semiárido: o caso do Projeto de Integração do Rio São Francisco no Estado do Ceará*. 2020.

SOLA, T. *A contribution to a possible definition of museology*. Paris, 1982.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *A cruel pedagogia do vírus*. Boitempo Editorial, 2020.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *O futuro começa agora: da pandemia à utopia*. Boitempo Editorial, 2021.

STRÁNSKÝ, Zbynek Z. *Múzejnictvo v relácii teórie a praxe*. Múzeum, 1970